

## PROJETO DE LEI Nº37/2025

### "AUTORIZA O REPASSE ÀS ASSOCIAÇÕES REGULARIZADAS NO MUNICÍPIO DE TAPIRA E SINDICATO RURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A Câmara Municipal de Tapira aprova e eu, Prefeita Municipal, nos termos do art. 44 da Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica autorizado o Município de Tapira a proceder os seguintes repasses financeiros:

I – O valor de fomento de até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) à **ASSOCIAÇÃO CORRENTE DO BEM DE TAPIRA**, tendo como fim a ajuda de custo para a edificação de parte da sede da associação;

II – O Valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) ao Sindicato dos Produtores Rurais de Tapira-SIRUT, tendo como fim custeio e operacionalização do sindicato;

III – E o Valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a 07 (sete) associações com sede no Município de Tapira-MG;

**Art. 2º** Para fazer jus ao repasse proposto pelo Município, as associações deverão preencher os seguintes requisitos:

I – Estar com o CNPJ Regularizado;

II - Estatuto devidamente regularizado e registrado no cartório de Ofício do Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas;

III – Registro da Ata de Eleição e Posse da Diretoria Atual;

IV – Fazer prova de quitação com fisco Federal, Estadual e Municipal, através de certidão negativa;



**V** – Não ser parte em execução de processo trabalhista e cível, mediante a apresentação de certidão negativa de execuções cíveis e trabalhistas;

**VI** – Ter, no mínimo, 10 (dez) associados ativos;

**VII** – Ter sua sede localizada no Município de Tapira e representar os associados residentes no Município de Tapira;

**VIII** – Ser a Associação sem fins lucrativos, com o Registro no Estatuto, não remunerando os associados e nem dirigentes.

**Art. 3º** O Repasse dos valores será condicionado a apresentação do plano de trabalho, com a identificação da proposição e as contrapartidas a coletividade, instruído com cópia do Estatuto atualizado, ata de eleição e posse da diretoria atual, certidões de regularidade fiscal, certidões negativas de execuções cíveis e trabalhistas.

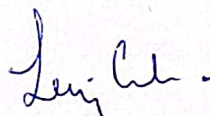
**Parágrafo Único** – Para fazer jus ao repasse, o plano de trabalho será aprovado pela Secretária Municipal, da área de atuação da associação ou sindicato.

**Art. 4º** A forma de repasse dos valores será regulamentada por decreto.

**Art. 5º** Fica incluído na Lei do Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano de 2025 as seguintes ações e prioridades.

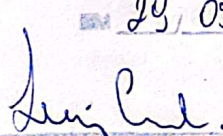
**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Tapira, 29 de maio de 2025



**Luiz Carlos Lira Junior**

**Presidente**

APROVADO EM	única	DISCUSSÃO
POR:	7x0	
EM	29, 05, 25	
		
PRESIDENTE		